

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SEGUNDO AS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/CAMPUS CASTANHAL

Larissa Fonseca Costa ¹
Kerlly Monique Rocha Lima ²
Madison Rocha Ribeiro ³

RESUMO

A avaliação da aprendizagem é um elemento pedagógico, próprio da prática docente, cuja finalidade é emitir um juízo de valor sobre a realidade da aprendizagem dos estudantes. São muitas as concepções e práticas de avaliação da aprendizagem presentes no âmbito educacional e, dependendo destas concepções e práticas, a avaliação da aprendizagem pode trazer implicações positivas ou negativas ao sistema educacional e, principalmente, ao estudante. Neste contexto, o presente artigo analisa as concepções e modalidades de Avaliação da Aprendizagem conhecidas pelos graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo, fundamentada na abordagem qualitativa, cuja operacionalização se deu por meio da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas a estudantes dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática, Educação Física, Letras Português e Letras espanhol. Contribuíram para a compreensão do objeto de estudo as ideias de avaliação da aprendizagem de Chueiri (2008), Luckesi (2013), Arcas (2017), dentre outros. Os resultados demonstraram que os estudantes possuem algum conhecimento sobre os tipos de avaliação, a saber: somativa (56,5%), diagnóstica (82,6%) e formativa (39,1%). Em relação às concepções, notou-se que os mesmos concebem de forma híbrida abordagens qualitativas e quantitativas da avaliação da aprendizagem, com predomínio da primeira. Considerando os dados apresentados, advoga-se a necessidade de aprofundamento do tema em destaque, pois a maioria dos estudantes que participaram do estudo atuarão no ambiente escolar como docentes e precisarão utilizar a avaliação da aprendizagem como elemento indissociável das suas práticas de ensino. Destarte, o ato de avaliar deve abranger os diferentes sujeitos presentes em sala de aula, reforçando a necessidade de formação inicial e continuada do professor, capaz de abordar diferentes concepções, funções, modalidades e estratégias de avaliação da aprendizagem necessária ao fazer pedagógico em sala de aula. Deixar 01 linha em branco.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem, Formação Inicial, Concepções de Avaliação.

INTRODUÇÃO

A avaliação é uma prática inerente à condição humana, presente de maneira constante em nossas interações cotidianas (Arcas, 2017). Nessa perspectiva, ela orienta

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, larissafonse2002@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, Kerlly.lima@castanhal.ufpa.br

³ Doutor em Educação, Faculdade de Pedagogia - UFPA, madisonribeiro@gmail.com;

as tomadas de decisões de cada indivíduo, tanto em contextos formais, como na escola ou no trabalho, quanto em situações informais do dia a dia, como escolhas pessoais e relacionamentos. Essa ação se fortalece ainda mais na prática docente, pois o professor atuante está constantemente (re)orientando suas ações por meio da avaliação seja ela de modo pontual, ou durante o percurso do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem é um elemento pedagógico, próprio da prática docente, cuja finalidade é emitir um juízo de valor sobre a realidade da aprendizagem dos estudantes. Segundo Siqueira *et al.* (2021), avaliar faz parte das atribuições fundamentais dos professores, tanto quanto ensinar, sendo parte indissociável das responsabilidades deles.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) ao definir as incumbências dos docentes, descreve o seguinte no artigo 13 e nos respectivos incisos:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

O inciso III reforça o papel do professor em garantir que todos os alunos aprendam, o que vai ao encontro da ideia de que avaliar é essencial para classificar ou medir o desenvolvimento dos estudantes. Para que os professores possam realmente "zelar" pela aprendizagem, eles precisam avaliar constantemente como os alunos estão assimilando o conteúdo e se as estratégias de ensino estão sendo eficazes, ou seja, acompanhar o educando durante todo o seu percurso formativo. Nesse sentido, a avaliação segundo Luckesi (2013) deve conduzir a mudanças por meio dos dados coletados a partir dela, sendo um instrumento essencial para garantir uma aprendizagem efetiva durante o percurso formativo do estudante.

A recuperação de alunos com baixo desempenho é uma ação que só pode ser eficaz se o professor tiver uma avaliação criteriosa do processo de aprendizagem. Conforme Siqueira *et al.* (2021) destacam, identificar diferentes dificuldades e potencialidades dos alunos exige que o ato avaliativo não seja improvisado, e sim, fundamentado em critérios técnicos e teóricos. A partir disso, o professor pode planejar intervenções pedagógicas adequadas às necessidades específicas de cada estudante, garantindo que todos tenham oportunidades de recuperação e progresso.

Das incumbências ligadas à avaliação da aprendizagem, a disposta no inciso V é a que define o papel do docente também enquanto avaliador. Nesse contexto, a formação docente, tanto inicial quanto continuada, deve oferecer um amplo arcabouço teórico e técnico, preparando o educador para utilizar variadas estratégias de avaliação que contemplem as diferentes dimensões do processo de ensino-aprendizagem, promovendo assim uma compreensão mais completa do desenvolvimento dos alunos.

As concepções e práticas de avaliação da aprendizagem no ambiente educacional são diversas, e dependendo da abordagem adotada, a avaliação pode gerar implicações positivas ou negativas para o sistema educacional e, especialmente, para o estudante. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as concepções e modalidades de Avaliação da Aprendizagem conhecidas pelos graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal, buscando entender como essas práticas influenciam a formação dos futuros professores e o impacto que podem ter na educação básica.

Essa discussão ganha relevância à medida que muitas pesquisas sobre a avaliação da aprendizagem, como a de Siqueira *et al.* (2021), mostram que professores frequentemente recorrem a práticas avaliativas improvisadas, reproduzindo as mesmas abordagens que vivenciaram enquanto estudantes. Esse ciclo de repetição, muitas vezes sem a devida reflexão ou atualização, compromete o desenvolvimento de avaliações mais inclusivas e eficazes, que considerem as necessidades individuais dos alunos e as demandas pedagógicas contemporâneas.

Além do aspecto pedagógico, a avaliação da aprendizagem também desempenha um papel fundamental na formulação de políticas públicas educacionais. Os resultados das avaliações podem orientar a criação de programas de formação docente, ajustes curriculares, e estratégias de intervenção para reduzir desigualdades no sistema educacional. Políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, distribuição de recursos e desenvolvimento de estratégias pedagógicas muitas vezes são baseadas em indicadores gerados por práticas avaliativas, reforçando a importância de uma avaliação bem fundamentada e alinhada às necessidades sociais, dispensando assim, segundo Sordi e Ludke (2009), posturas ingênuas no ato de avaliar.

A avaliação da aprendizagem serve, ainda que de forma implícita, a um projeto de sociedade, sendo um instrumento que não pode ser considerado neutro. A forma como o docente avalia reflete suas tendências e concepções pedagógicas, sejam elas mais tradicionais ou progressistas (Chueiri, 2008; Sordi e Ludke, 2009; Luckesi, 2013). Nesse

contexto, torna-se necessário que os currículos das licenciaturas proporcionem uma base teórica e prática sobre avaliação da aprendizagem, e que isso seja estabelecido dentro do espaço formal do currículo, para que os discentes como futuros professores, possam conhecer diferentes modalidades de avaliação, de forma a serem mais inclusivos e democráticos, além de aprenderem como esse instrumento pode influenciar na educação básica e na sua própria profissão enquanto educadores.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo de caráter descritivo, fundamentado na abordagem qualitativa, conforme discutido por Ludke e André (1986), que destacam que essa abordagem ajuda na interpretação dos dados a partir de contextos educacionais reais. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que busca investigar as concepções de avaliação da aprendizagem de discentes dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará-Campus Castanhal.

A operacionalização da pesquisa deu-se por meio da aplicação de um questionário online, desenvolvido e disponibilizado na plataforma *Google Forms*. O questionário incluiu perguntas abertas e fechadas, de modo a capturar tanto informações objetivas quanto percepções mais subjetivas dos participantes. A escolha pelo questionário como instrumento de coleta de dados segue as recomendações de Ludke e André (1986), que apontam essa técnica como eficaz para acessar diretamente as opiniões e reflexões dos sujeitos da pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram selecionados intencionalmente, contemplando discentes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (5 discentes), Matemática (5 discentes), Educação Física (3 discentes), Letras Português (7 discentes) e Letras Espanhol (3 discentes) da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal. A seleção dos cursos e o número de respondentes visam fornecer uma diversidade de percepções e experiências, ampliando a compreensão sobre as concepções e modalidades de avaliação da aprendizagem nesses diferentes contextos formativos.

A análise dos dados foi orientada pelas contribuições teóricas de Chueiri (2008), Luckesi (2013) e Arcas (2017) e outros teóricos que estudam sobre avaliação da aprendizagem e temáticas relacionadas e cujas ideias nortearam a interpretação das respostas dos discentes. As respostas às perguntas abertas foram analisadas

qualitativamente, buscando-se identificar padrões e recorrências nas concepções apresentadas, enquanto as perguntas fechadas permitiram uma visão quantitativa preliminar sobre o entendimento dos participantes em relação ao tema.

Essa metodologia segue os pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa ao priorizar o contexto e as experiências dos participantes, possibilitando uma análise rica e detalhada das concepções de avaliação da aprendizagem no âmbito dos cursos de licenciatura. Ludke e André (1986) ressaltam a relevância de estudos como este, que valorizam as interações sociais e as interpretações dos sujeitos sobre suas práticas e experiências no contexto educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação da aprendizagem, acompanhando as tendências pedagógicas durante diferentes períodos históricos da educação formal, obteve diversos sentidos dentro do ambiente escolar. Chueiri (2008) analisou quatro significações de avaliação assumidas no ambiente escolar, advindas de diferentes percepções pedagógicas, sendo elas: avaliação como exame; avaliação como processo de medida; avaliação como classificação; e avaliação qualitativa.

A avaliação como exame se inicia no Brasil entre os séculos XVI e XVII sendo utilizada pelas primeiras escolas que surgem no país, a qual destacava-se o papel de provas para identificação da aprendizagem (ou não) dos alunos (Luckesi, 2013). O autor intitula essa perspectiva avaliativa como “Pedagogia do Exame”, pautada por uma ótica tradicional de educação, focando-se nos resultados obtidos através das provas.

Luckesi (2013) critica a utilização da “Pedagogia do Exame” como única forma de obter informações sobre a aprendizagem dos alunos, pois os exames e provas são pontuais, utilizados pelas escolas, normalmente, no final de cada bimestre. Além disso, desconsideram-se outros fatores que influenciam no processo aprendizagem, como as relações interpessoais dentro e fora da escola, condições socioeconômicas, os transtornos psicológicos ou neurológicos, dentre outros.

No que diz respeito a avaliar como processo de medir, de acordo com Chueiri (2008), advém de uma concepção tecnicista de educação. Essa tendência educacional sofreu a influência da ascensão do capitalismo, principalmente nos Estados Unidos, em meados do século XX, estruturando-se uma educação escolarizada para moldar o

comportamento da massa populacional que cresce nos grandes centros urbanos (Silva, 2005).

Segundo Arcas (2017), os alunos eram submetidos a testes objetivos que visavam medir por meio de notas ou conceitos os conhecimentos dos alunos, e através da psicologia comportamental passou-se também a aplicação de testes padronizados para análise e mudança de comportamento. A crítica a avaliação como medida é a de que esse modelo desconsidera a subjetividade dos estudantes, os quais possuem habilidades, competências, realidades sociais e pessoais distintas uns dos outros.

Para fechar o quadro de perspectivas quantitativas do ato de avaliar, temos a avaliação como classificação, que segundo Chueiri (2008) promove e hierarquiza os estudantes. Para Luckesi (2013) esse ato de classificar é reducionista, na medida em que apenas resulta em conceitos dicotômicos como “Reprovar” ou “Aprovar”, sem fornecer um panorama completo dos percursos que levaram a esses resultados. Sendo assim, a avaliação se limita a ser um instrumento que apenas expõem os dados, sem que sejam provocadas mudanças ou realinhamento de objetivos.

Essas três concepções descritas ligam-se a modalidade de avaliação definida como somativa. Segundo Arcas (2017) a avaliação somativa pode ser conceituada como aquela realizada no final de um determinado período, tendo como finalidade medir por notas ou conceitos o quanto o aluno aprendeu, para assim promover ou reter sua classificação para a próxima fase de sua escolarização básica.

A avaliação somativa passou por diversas discussões teóricas ao longo dos anos, porque muito se debate sobre os limites que os resultados obtidos por esse tipo de avaliação produzem. A legislação vigente, em destaque a LDB de 1996, vem priorizando a avaliação processual e contínua, em detrimento a avaliação pontual de caráter quantitativo (Arcas, 2017).

Os termos como prova, classificação, medida, notas são apenas fragmentos do processo de avaliação que se configura como complexo, amplo, e que analisa diversos aspectos que influenciam na aprendizagem do aluno. A avaliação da aprendizagem constitui-se como o instrumento para alcançarmos a finalidade última da educação básica que é o desenvolvimento holístico dos estudantes. Nessa conjuntura, Luckesi (2013) afirma que a avaliação da aprendizagem, de modo integral, é uma ferramenta democrática, que valoriza a inclusão reconhecendo que aprender é um processo que se efetiva de modo diferente para cada aluno.

Em 1960, inicia-se uma intensa discussão sobre os processos de avaliação da aprendizagem praticados nas escolas, que até então eram fortemente baseados em métodos quantitativos (Chueiri, 2008). Esses métodos, centrados em números e classificações, passaram a ser alvo de críticas por sua limitação em captar a totalidade do processo educativo, uma vez que reduziam o aluno a resultados mensuráveis, desconsiderando aspectos mais amplos de sua formação. Nesse contexto, emergem abordagens qualitativas de avaliação, influenciadas por concepções pedagógicas mais críticas, que visavam uma compreensão mais integral do estudante.

As abordagens mais progressistas propunham valorizar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do aluno, rompendo com a rigidez da avaliação tradicional e trazendo à tona a importância de processos avaliativos que promovem a reflexão e o crescimento contínuo, tanto do aluno quanto do educador (Arcas, 2017). A mudança de foco para uma avaliação mais formativa e dialógica abriu espaço para práticas que reconhecem as singularidades dos estudantes e contribuem para a construção de uma educação mais inclusiva e significativa (Chueiri, 2008).

Os novos cenários educativos promoveram a produção de modalidades que ampliaram a compreensão do processo de avaliação da aprendizagem, incorporando novos aspectos a serem analisados. Dentre esses conceitos, destacam-se dois que se tornaram centrais na abordagem qualitativa da educação: a avaliação formativa e a avaliação diagnóstica. Embora esses dois tipos de processos avaliativos possuam características distintas, ambos compartilham um aspecto fundamental: a ênfase no acompanhamento contínuo e na compreensão profunda do desenvolvimento do aluno, priorizando a aprendizagem em detrimento da simples medição de resultados.

A avaliação formativa e a avaliação diagnóstica não se diferenciam apenas pelo momento em que são aplicadas — uma durante o percurso do processo educativo e a outra no início e, em alguns casos, ao longo dele —, mas também por seus objetivos distintos, que se complementam na promoção da aprendizagem.

A avaliação formativa tem como finalidade principal fornecer informações contínuas sobre o progresso do estudante ao longo do processo de ensino (Santos, 2016). De acordo com a autora, essa modalidade auxilia o professor a identificar dificuldades e avanços dos alunos, permitindo intervenções pedagógicas imediatas para ajustar a prática de ensino e promover o desenvolvimento contínuo do aluno enquanto ele aprende. Esse tipo de avaliação tem um caráter reflexivo e ajustável, ajudando a garantir que o ensino esteja sempre alinhado às necessidades dos estudantes (Santos, 2016).

Por outro lado, a avaliação diagnóstica ocorre, em geral, no início de um ciclo, unidade ou conteúdo, e seu objetivo é identificar as condições prévias de aprendizagem dos alunos, mapeando o que já foi aprendido e quais lacunas ou dificuldades precisam ser abordadas (Arcas, 2017). Ao revelar o ponto de partida de cada aluno, a avaliação diagnóstica ajuda a adaptar as estratégias de ensino de acordo com as características e necessidades de cada estudante ou grupo. Segundo Luckesi (2013) é fundamental para garantir que o ensino parta de uma base sólida, respeitando as individualidades e o ritmo de cada aluno.

Segundo Santos (2016) no contexto escolar ainda prevalece a avaliação somativa em detrimento dos processos qualitativos de avaliação. Segundo a autora os docentes não se sentem confiantes para trabalhar, por exemplo, a abordagem formativa. Complementando o pensamento da autora, Siqueira *et al.* (2021) apontam que muitos educadores utilizam a avaliação de forma intuitiva, revelando que eles possuem uma formação fragilizadas nesse aspecto.

Desse modo, torna-se essencial investigar as concepções e modalidades de Avaliação da Aprendizagem conhecidas pelos graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal. Considera-se que esses futuros profissionais, conforme determina a legislação, devem utilizar a avaliação como ferramenta fundamental em sua prática docente. Assim, é crucial que recebam uma formação que lhes proporcione o conhecimento das diferentes modalidades de avaliação, assegurando uma prática educativa mais justa e voltada ao pleno desenvolvimento dos alunos, ao levar em conta os diversos fatores que influenciam o processo de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelam um conhecimento razoável dos graduandos sobre os tipos de avaliação, com destaque para a avaliação diagnóstica, conhecida por 82,6% dos participantes. A avaliação somativa, citada por 56,5%, e a formativa, por 39,1%, também demonstram uma base de compreensão, ainda que com menor abrangência. O fato de ser possível marcar mais de uma opção nessa questão, sugere que os estudantes estão tendo contato com diferentes modalidades de avaliação nas suas respectivas formações.

Cabe atentar para essa porcentagem relativamente baixa de discentes que conhecem a avaliação formativa de aprendizagem. A avaliação formativa deve estar no

percurso das ações de ensinar e aprender, já que segundo Santos (2016) essa modalidade de avaliação atua durante o processo de aprendizagem do aluno, ou seja, é aquela estabelecida na LDB (1996) como sendo processual e contínua. Essa modalidade permite que os professores conheçam as fragilidades dos seus alunos durante o percurso, ajudando-os a superarem os seus desafios mais rápido, sem que se amplie o problema e seja de complexa reversão no futuro.

Em relação às concepções de avaliação, a predominância da abordagem qualitativa sobre a quantitativa é notável. Isso indica uma preferência por métodos que valorizam o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos, em vez de se limitar a resultados numéricos ou pontuações.

A escolha híbrida dos estudantes, que combina aspectos qualitativos e quantitativos, sugere uma visão mais equilibrada da avaliação, embora a ênfase na avaliação qualitativa seja evidente. Essa inversão de foco marca uma ruptura com práticas educacionais mais tradicionais, que, segundo Luckesi (2013), tendem a excluir o aluno ao desconsiderar que a aprendizagem ocorre de diferentes formas e, portanto, precisa ser avaliada por meio de diversas abordagens.

Outro dado relevante é o percentual de estudantes que tiveram contato direto com a disciplina "Avaliação da Aprendizagem". Apenas 21,7% indicaram essa disciplina como componente curricular principal, o que pode sugerir uma lacuna na formação voltada especificamente para essa temática. Além disso, 30% dos alunos relataram que a disciplina foi agregada a outra, o que possivelmente limita o aprofundamento dos conceitos. O restante dos estudantes, que teve contato breve com o tema, demonstra que muitos obtiveram conhecimento suplementar em eventos acadêmicos, o que pode influenciar a compreensão fragmentada da avaliação.

Os dados acendem um alerta sobre a fragilidade de uma formação de professores que não aborda com a devida especificidade a avaliação da aprendizagem dentro do currículo. Para Arroyo (2013), o currículo é um instrumento de poder que influencia condutas e práticas, devendo ser formulado a partir de uma reflexão sobre as desigualdades sociais presentes em cada contexto. Dessa forma, a avaliação, enquanto parte integrante do currículo, também se configura como um instrumento de poder e, por isso, precisa ser utilizada de modo inclusivo, proporcionando aos estudantes a oportunidade de transformar sua própria realidade (Luckesi, 2013).

Os estudos de Siqueira *et al.* (2021) revelaram dados relevantes sobre professores em atuação, demonstrando que, devido a lacunas em sua formação sobre

avaliação da aprendizagem, muitos recorriam a técnicas improvisadas, sem o embasamento técnico necessário para aplicar as diferentes modalidades avaliativas de forma adequada. Esses achados podem ser associados aos de Santos (2016), que identificou que, embora os docentes manifestassem interesse em adotar a avaliação formativa, sentiam-se inseguros quanto ao seu uso. Eles também acreditavam que essa modalidade demandaria mais tempo e não poderia ser aplicada em conjunto com a avaliação somativa, a qual permanecia como a prática mais comum.

Por fim, o dado mais expressivo é que 91,9% dos discentes afirmaram preferir aplicar práticas avaliativas qualitativas. Isso reflete uma tendência crescente entre os futuros professores em adotar métodos que busquem uma avaliação mais ampla do desenvolvimento dos alunos, em detrimento de abordagens puramente quantitativas. Esse resultado sugere uma mudança importante na forma como os professores concebem a avaliação e indicam que a formação acadêmica, apesar das limitações, está influenciando positivamente suas práticas futuras.

Esses resultados trazem a esperança de que as práticas avaliativas possam alinhar-se ao que está previsto no plano jurídico da LDB (1996), que enfatiza a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação. De acordo com o pensamento de Sordi e Ludke (2009), a avaliação deve ser orientada para transformar a realidade dos alunos, não apenas atribuindo conceitos e notas ao final de um ciclo, mas proporcionando oportunidades para que os alunos aprimorem sua aprendizagem e desenvolvam-se plenamente.

Ainda é necessário fortalecer essas mudanças no currículo das licenciaturas, para que os futuros professores tenham uma formação mais específica sobre a avaliação da aprendizagem. Chueiri (2008) considera importante a criação de políticas públicas que estejam alinhadas a novas perspectivas pedagógicas e que reflitam o sentido atual do processo avaliativo. Sendo assim, os discentes de cursos de licenciatura precisam compreender as finalidades de cada modalidade de avaliação, para que possam utilizá-las de forma a favorecer o objetivo principal da educação básica: a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, defende-se a necessidade de um aprofundamento no tema da avaliação da aprendizagem, considerando que a maioria dos

estudantes participantes do estudo atuará no futuro como docentes no ambiente escolar. Esses futuros professores precisarão utilizar a avaliação de forma integrada e contínua em suas práticas pedagógicas, não apenas como instrumento de mensuração de resultados, mas como uma ferramenta essencial para orientar o processo de ensino e aprimorar a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, é essencial ter estudos como este que analisam como a avaliação da aprendizagem está sendo percebida pelos estudantes de cursos de licenciatura, pois são eles que futuramente ocuparam os espaços das escolas.

Os graduandos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal demonstram que uma mudança de perspectiva pedagógica ao revelarem preferir abordagens mais qualitativas de avaliação. Mas, para que essa mudança seja percebida dentro das escolas, nas salas de aula também são necessários que os currículos de licenciatura abordem de forma mais específica a avaliação da aprendizagem, dando a base sólida que esses futuros profissionais precisarão para realizarem ações avaliativas mais formativas e diagnósticas, mesmo que de forma híbrida com o modelo somativo que ainda prevalece nas escolas.

O aprofundamento da temática avaliação da aprendizagem contribuirá para que se desenvolvam competências necessárias para aplicar uma avaliação que promova reflexões, ajustes pedagógicos e apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes, atendendo às demandas da educação básica. Ao integrar a avaliação como parte do cotidiano escolar, os educadores podem identificar e abordar as necessidades individuais de cada aluno, fomentando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo. Assim, essa prática avaliativa se alinha às demandas contemporâneas da educação, que exigem um olhar atento e adaptável às diversidades presentes em sala de aula, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios do mundo atual.

A avaliação da aprendizagem é uma componente essencial na trajetória profissional dos educadores, influenciando tanto o desenvolvimento dos professores quanto o progresso dos alunos. Os diversos modelos de avaliação, embora distintos, desempenham um papel crucial na identificação de fragilidades e potencialidades no processo educativo. Portanto, é imprescindível que a formação inicial e continuada dos educadores inclua uma sólida base técnica e teórica sobre avaliação da aprendizagem. Essa abordagem não apenas fortalecerá a prática docente, mas também promoverá uma educação mais democrática, inclusiva e equitativa, assegurando que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARCAS, P. H. **Avaliação na Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017.

ARROYO, M. G. **Currículo - território em disputa**. ed. 5, Editora: Vozes, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional**. ed. 7, Brasília- DF, 2023. Disponível em: <[LDB_7ed.pdf](#)>. Acesso em: 02 out. 2024.

CHUEIRI, M. S. F. Concepções sobre a avaliação escolar. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2469/2423>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

SANTOS, L. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 637-669, 2016. Disponível em: [SciELO - Brasil - A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio? A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio?](#)>. Acesso em: 26 out. 2024.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIQUEIRA, V. A. *et al.* Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: <[SciELO - Brasil - Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações](#)>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SORDI, M.; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo: Campinas, v. 14, n. 2, p. 313-336, 2009. Disponível em: <[Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias](#)>. Acesso em: 30 set. 2024.